

Conexões internacionais na produção da etnografia de Nimuendajú

Priscila Faulhaber¹

*Universidade Federal do Amazonas
& Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro*

RESUMO: Este trabalho focaliza a produção da etnografia Ticuna de Curt Nimuendajú. A análise abrange o exame de alinhamentos entre antropólogos, as instituições científicas e as agências filantrópicas que financiavam pesquisas etnográficas entre 1930 e 1945, cujo escopo passava pela redefinição de “áreas culturais” ou “áreas geográficas” pelo seu interesse estratégico. Em tempos de guerra, os índios na fronteira amazônica apareciam como símbolo da integração pan-americana em projetos conduzidos por Julian Steward na Smithsonian Institution. Além do sentido geopolítico, as terras indígenas na região tinham um caráter de “fronteira antropológica”. A fronteira cultural estava, embora indiretamente, associada à “fronteira econômica”, visto que a borracha nativa na floresta tropical amazônica passou a ser produto estratégico. Com base no exame de documentos depositados em diferentes arquivos do Brasil e dos Estados Unidos, o trabalho focaliza as interlocuções de antropólogos que participaram da avaliação do financiamento do trabalho de campo de Nimuendajú.

PALAVRAS-CHAVE: Produção etnográfica, áreas culturais, áreas geográficas, fronteira antropológica, sistema de produtividade, patrimônio cultural.

Introdução

Este trabalho focaliza a trajetória de Curt Nimuendajú em sua produção da etnografia Ticuna, numa conjuntura – durante a Segunda Guerra Mundial – na qual os estudos de área pela antropologia nos Estados Unidos estavam sendo redefinidos. Procura aprofundar alguns problemas apontados por estudos produzidos no Brasil sobre Curt Nimuendajú, focalizando aspectos ainda insuficientemente elucidados da rede de relações entre instituições internacionais e pesquisadores envolvidos na produção de conhecimento sobre povos indígenas na Amazônia. A reflexão se debruça sobre indagações advindas da leitura de documentos depositados em arquivos do Brasil e dos Estados Unidos, em uma pesquisa comprometida com práticas antropológicas constituídas em diálogo com representantes do povo Ticuna e com autores que estudaram este povo. Tais documentos podem vir a explicar aspectos do entendimento da relação do etnógrafo com o povo estudado (Faulhaber, 2005).

Grupioni (1998) dedicou à trajetória indigenista e antropológica do etnólogo alemão naturalizado brasileiro um extenso capítulo de seu livro sobre os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE). Fundamentado na leitura de documentos depositados no Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e no arquivo Nimuendajú do Museu Nacional, o autor mostra a significação das práticas relacionadas à disputa pela apropriação de coleções de artefatos indígenas e sua relação com representantes de instituições científicas nacionais para o campo da antropologia no Brasil. Grupioni não se restringe a Curt Nimuendajú, mostrando as conexões históricas da criação do CFE e da política de patrimônio cultural e científico no Brasil, que também passava pela interveniência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artísti-

co Nacional e do próprio Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), criado em 1951 (Faria, 1981, 2000; Faulhaber, 2011a).

Welper (2002) debruça-se sobre o arquivo Nimuendajú do Museu Nacional, mostrando como o pensamento alemão é determinante para as práticas e concepções deste autor. Apesar de ter-se naturalizado brasileiro, a vida e a obra do célebre etnólogo não podem ser desvinculadas de suas referências prévias em Iena (Turíngia, Alemanha), onde nasceu, terra do círculo de pensadores românticos que formularam, no século XIX, os princípios da contemporânea teoria da tradução. Tais autores românticos entendiam as operações mentais como indissociáveis da vida material, buscando nos mitos dos povos antigos a linguagem perdida que permitiria elucidar as relações entre o espiritual e o mundo vivido. Daí decorre, para o romantismo alemão, a necessidade de interpretar e traduzir o mundo e as palavras com as quais línguas específicas expressam determinadas concepções sobre as coisas (Seligman-Silva, 1999: 24-25). Tais autores remontavam ao simbolismo das antigas linguagens para decifrar segredos insondáveis, como os contidos em hieróglifos, presentes nos primeiros tempos da linguagem escrita (Novalis, citado por Seligman-Silva, 1999: 30). Tal desvendamento revela a tensão do eu com o mundo, no “salto de reflexão” (Seligman-Silva, 1999: 51) que cria tal mundo e que erige a identidade do autor romântico.

Os teóricos da tradução criticavam a noção utilitária da linguagem pautada pela submissão aos ditames do cotidiano. Essa crítica seria retomada por Walter Benjamin (1986) para colocar a descontinuidade – e a ruptura do trágico – entre os motivos que caracterizaram a gênese do pensamento moderno. Conduzindo esta incursão para o exame da etnografia de Nimuendajú, reitera-se aqui a ideia de que ele se pautava por princípios românticos, com base em uma comparação com Constant Tastevin, outro viajante europeu que etnografou povos indígenas na

Amazônia na primeira metade do século XX e também foi traduzido nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial (Faulhaber, 2006). Considera-se, aqui, que a prática da tradução em Nimuendajú estava relacionada com sua definição pelo romantismo alemão, como um meio de recriação da linguagem, transformando o pensamento de outrem (Berman, 2002). Na verdade, a tradução cultural em antropologia só veio a ser conceituada de modo sistemático a partir da segunda metade do século XX, quando se evidenciou a desigualdade de poder das linguagens, ao se constatar que o antropólogo tipicamente escreve sobre uma população usualmente não letrada e para uma audiência predominantemente falante de inglês, encorajando-se a necessidade, enfatizada por Asad (1993), de a antropologia ler o implícito nas culturas estranhas.

Sem grandes posses nem instrução superior, Nimuendajú teve, no entanto, acesso à biblioteca pública de Iena, notabilizada pelo classicismo europeu (século XVIII). Seus trabalhos demonstram grande interesse por textos de viajantes, sobretudo os de conteúdo histórico e geográfico de inspiração humboldtiana. Também adquiriu conhecimentos sobre óptica e astronomia, trabalhando como aprendiz na fábrica de lentes Zeiss. Chegou ao Brasil em 1903, com recursos deixados por sua mãe (Oliveira, 2006), e autofinanciou sua primeira viagem trabalhando como cozinheiro (Grupioni, 1998; Welper, 2002). Também conseguiu recursos para as expedições por meio de seus serviços como indigenista e humanista. Recebeu entre os Guarani, em 1906, o nome Nimuendajú, que significa “aquele (que vive entre nós) e faz sua própria casa e seu próprio caminho”. Em 1922, naturalizou-se brasileiro com esse nome. Depois de tornar-se reconhecido como etnógrafo, passou a financiar suas viagens com a venda de peças etnográficas e arqueológicas para museus do Brasil e da Europa, inserindo-se no mercado internacional de bens culturais como coletor especializado. Fornecia, deste modo, objetos para um “mercado competitivo”, estruturado no circuito dos museus da Ale-

manha e também de museus brasileiros, como o Museu Nacional e o Museu Goeldi (Faria, 1981: 14-15).

Destaca-se, entre as referências prévias de Nimuendajú nos primeiros tempos da antropologia alemã, a contribuição de Adolf Bastian, no século XIX, que, na trilha dos irmãos Humboldt, enfatizava as preocupações com o pensamento e a memória do povo. Franz Boas (1858-1942), que foi seu assistente, definiu a cosmografia na intersecção de métodos das ciências naturais e humanas, mas privilegiou em seus estudos o “espírito do povo” ou da lógica do pensamento popular em sua relação com as concepções geográficas, enfatizando como são traduzidas, nas concepções de povos específicos, as relações entre os humanos e os fenômenos da natureza. Após sua migração para os Estados Unidos, em 1887, e principalmente no início do século XX, Boas focalizou o modo pelo qual o “espírito do povo” traduz elementos exógenos, bem como a terminologia do parentesco, dos rituais e das relações sociais (Bunzl, 1986), incentivando a coleta e a comparação sistemática de textos e artefatos de diferentes povos indígenas.

A partir dos anos 1930, quando Nimuendajú passou a colaborar com Robert Lowie, da Universidade da Califórnia em Berkeley, foi orientado por ele nos princípios da escola histórico-cultural norte-americana (Oliveira, 1986, 2006). Deste modo, o trabalho de Nimuendajú se insere na etnologia indígena pela junção da tradição histórica com o conceito de cultura. Considerou em sua etnografia o impacto, sobre os índios, do seu contato com a sociedade nacional, inspirando depois a abordagem que passa a tomar, mais propriamente, a sociedade nacional como objeto de investigação. É visto primariamente como personagem legendária na história da etnografia, pautando-se por um padrão romântico em sua dedicação ao trabalho etnográfico, vivendo longos períodos uma pesquisa de campo dos “tempos heroicos” da antropologia (Oliveira, 1986), que difere da definição de observação direta tal como enten-

didada por Bronislaw Malinowski, que advogava uma preparação teórica sistemática anterior à coleta de informações etnográficas, em uma prática antropológicamente fundamentada (Welper, 2002: 117). Nimuendajú, no entanto, não foi apenas um romântico defensor dos índios e do conhecimento com base na experiência direta, e recebeu reconhecimento acadêmico no campo antropológico, principalmente após a publicação de suas sistemáticas monografias sobre os Apinaye (1939), Sherente (1942) e de suas obras póstumas sobre os Timbira (1946) e os Ticuna (1952), editadas por Robert Lowie, na Universidade da Califórnia.

Examinando a relação entre locais, projetos e fontes de conhecimento, Mary des Chene problematiza como documentos encontrados em “pesquisa de campo” levam os pesquisadores a buscar documentos em outros locais ou em outros países para os quais foram deslocados (Des Chene, 1997: 77). O questionamento sobre processos de apropriação cultural conectados com dinâmicas coloniais ou pós-coloniais, que produziram lacunas no próprio local onde os documentos foram produzidos e alhures, levam a considerar a transnacionalidade da produção do conhecimento. Para ter acesso aos documentos, foi-me preciso desvendar uma verdadeira trama detetivesca, seguir pistas, contar com o acaso, decifrar enigmas².

Considerando a relevância do método indiciário para a antropologia, trata-se de correlacionar pesquisa etnográfica de campo e arquivos. O método indiciário, que vem sendo empregado de maneira crescente em ciências humanas, caracteriza-se pelo escrutínio dos documentos tomados como peças de um inquérito. Cabe ao investigador observar a intriga, estabelecer suposições e fundamentá-las com bases documentais materiais, reconstruindo a trama mentalmente e verificando cada partícula de evidência, construindo teorias alternativas, balanceando uma contra a outra e indagando quais os pontos essenciais, quais as especulações sem base material. A reconstrução mental da intriga é uma

estratégia investigativa para desvendar sua lógica, o que inclui o exame de inexpugnáveis emoções. Ginzburg (2002) utiliza tal método tanto no exame de processos inquisitoriais nos séculos XVI e XVII quanto na elucidação de inquéritos políticos recentes, como no caso Sofri, na Itália contemporânea. Trata-se de buscar, em tais documentos, indícios que possam fundamentar a construção do objeto de pesquisa, de submeter os documentos à instanciação das condições epistemológicas mais abrangentes de produção do conhecimento (Riles, 2006: 7). Tomam-se, deste modo, os documentos como artefatos de conhecimento que definem a própria prática etnográfica entendida como uma instância de autorreflexividade. Tal abordagem procura entender como os próprios antropólogos produzem documentos como objetos etnográficos, categorias analíticas, orientações metodológicas (Riles, 2006: 23).

O trabalho antropológico aqui se volta às interlocuções deste célebre viajante teuto-brasileiro, que teve sua produção antropológica publicada em importantes veículos especializados dos Estados Unidos e da Europa, na primeira metade do século XX. Subjacentes a essas interlocuções, estão práticas de apropriação cultural em um sistema de colonização que implicou o deslocamento de objetos, teorias ou conjuntos de coleções e livros. Um exemplo cabal de tais apropriações foi a compra, pelo Museu Nacional, da biblioteca e do arquivo Nimuendajú, acervo que foi avaliado por uma comissão de alto gabarito³.

A monografia sobre os índios Ticuna (Nimuendajú, 1952) foi editada por Robert Lowie e publicada após a trágica morte do etnógrafo na localidade Ticuna de Santa Rita de Weil, em dezembro de 1945. Lowie tinha grande admiração pelo trabalho de Nimuendajú e o considerava como experiente colega, embora reconhecesse que existia entre ambos uma divisão de trabalho. Eles, aliás, que nunca se conheceram pessoalmente, sempre manifestaram grande respeito mútuo (Lowie, 1959). Naquele momento, entretanto, ainda que resultado de longas permanên-

cias entre os índios, as pesquisas de Nimuendajú eram objeto de estranhamento, pelo fato de não obedecerem aos padrões dos trabalhos de pós-graduação das universidades norte-americanas. Tratava-se, entre outros motivos, de uma dificuldade de enquadramento, uma vez que suas etnografias mostravam realidades ambíguas, em outras palavras, fronteiriças, que não correspondiam às expectativas daqueles que viam os povos ameríndios – etnocentricamente – como entidades homogêneas.

Os índios da floresta tropical na Amazônia tiveram, desde meados do século XX, significado especial para a antropologia dos Estados Unidos, cujo foco até então se centrara sobre os índios do próprio país. Esse novo interesse se fundava não apenas no exotismo e na busca de nativos vivendo num estado de “autenticidade” ou em motivos comparativos, mas em propósitos informados por interesses políticos: quando os antropólogos, em resposta ao “esforço de guerra”, mobilizavam-se na luta contra o nazismo e o fascismo, o índio passou a ser visto como um símbolo da integração pan-americana. No contexto em que a Amazônia era uma “linha de frente” para a pesquisa antropológica, a própria antropologia que ali se realizava aparecia como uma “fronteira científica”, ou seja, passível de estruturação por parte de centros de conhecimento, que se viam como detentores de conhecimento especializado sobre a região.

Visando a analisar a rede de relações internacionais da ciência em que se circunscreve produção dos trabalhos etnográficos de Nimuendajú sobre os índios na Amazônia, o presente artigo focalizará primeiramente aspectos da história da antropologia na América na primeira metade do século XX. Serão consideradas as modificações no contexto institucional dos Estados Unidos, com o estabelecimento de estratégias de fortalecimento da pesquisa nos departamentos de antropologia, inicialmente restrita ao campo do colecionismo imbricado ao colonialismo. Isto resultou especificamente na redefinição do conceito de “estudos de área”, de início estabelecidos em termos de interesses de classificação das ciên-

cias naturais no âmbito dos museus. Em segundo lugar, será examinado como as circunstâncias da guerra possibilitaram o direcionamento de recursos para apoiar registros etnográficos sistemáticos dentro de um sistema burocrático de produção científica e a apropriação de informações estratégicas. Em terceiro lugar, será examinada a significação de um sistema de financiamento à pesquisa para a trajetória de Curt Nimuendajú.

A inserção inicial de Nimuendajú foi como coletor de artefatos. Com sua apurada sensibilidade etnográfica, dotava o material por ele coletado de um diferencial de qualidade do ponto de vista do mercado de bens simbólicos e isso lhe permitiu viver do resultado de tais coletas. O campo antropológico em formação necessitava de suas detalhadas informações. Robert Lowie, da Universidade da Califórnia em Berkeley, situada na posição singular de fronteira ocidental dos Estados Unidos, percebeu que as etnografias de Nimuendajú sobre os desconhecidos índios das terras baixas da América do Sul eram relevantes para a elaboração de comparações que conduziriam a sínteses teóricas. As circunstâncias especiais que criaram condições para o financiamento de pesquisas acadêmicas possibilitaram o apoio das pesquisas de Nimuendajú, incorporado como colaborador em pesquisas antropológicas. Num momento em que o campo científico se diferenciava, tornava-se possível a organização de departamentos de antropologia. Nimuendajú, que buscava apoio para suas pesquisas, conseguiu obter alguns recursos, devido à percepção dos avaliadores de que o sistema de produção científica necessitava de registros antropológicos feitos artesanalmente. Subjacente a tais tensões está ainda o problema das apropriações culturais envolvendo a reivindicação de salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil, uma vez que se tratava de um viajante alemão naturalizado brasileiro e que estava trabalhando junto a instituições no país no momento em que o Estado Novo, sob um regime autoritário, buscava afirmar as bases para uma identidade nacional (Faria, 2000; Faulhaber, 2011a).

Redefinições antropológicas em termos da estruturação de estabelecimentos e práticas científicas

Stocking mostra as implicações do esforço histórico-cultural estabelecido por Boas no início de sua carreira como alternativa aos esquemas evolucionistas dominantes e determinados pelas ciências biológicas. Suas referências prévias sobre “o gênio do povo”, enraizadas no romantismo alemão, o levaram a enfatizar a individualidade histórica no contexto cultural e a busca da reconstrução histórica da variabilidade humana em todos eles – como uma unidade de abordagem entre subdisciplinas particulares –, que poderia prover documentação para tal reconstrução (Stocking, 1976: 10). Buscavam-se informações sobre povos que mantivessem sua cultura “intocada” em áreas culturais consideradas ainda não plenamente analisadas. A evidência, no entanto, de que os nativos americanos estavam em situação de contato e que realizavam empréstimos culturais conduziu à questão da “aculturação”.

Delimitando as possibilidades de novas abordagens antropológicas⁴, Stocking (1976) analisa modificações na antropologia – no contexto institucional dos Estados Unidos – inicialmente confinada nos museus, indicando o fortalecimento do sistema universitário e a contribuição das agências filantrópicas para este processo. O Social Sciences Research Council (SSRC) foi criado em 1923, com apoio explícito do Programa de Ciências Sociais da Fundação Rockefeller (FR), estabelecido em 1918. Já no ano de 1924, o SSRC define, entre sua área de abrangência, tópicos como relações inter-raciais e aspectos científicos da migração humana. O financiamento das associações filantrópicas pareceu adquirir um caráter “interessado”, incorporando, com a interveniência de cientistas sociais (e antropólogos), os estudos das diferenças socioculturais na definição do direcionamento dos fundos de pesquisas da biologia

humana (Stocking, 1985:117), embora ainda apoiando majoritariamente as pesquisas em antropologia física e o “salvamento” arqueológico. O despertar do interesse pelas ciências sociais esteve articulado à antropologia social inglesa (que a FR veio a financiar), fundada em articulação com a administração colonial e alimentada em instituições acadêmicas, se não relativamente coniventes com a adaptação de metodologias para resolver problemas sociais, de modo a utilizá-los para a lubrificação das engrenagens que serviam a propósitos imperiais (Mills, 2005: 135), alheias face a rupturas com práticas delas decorrentes, considerando o sistema colonial como “historicamente dado” (Asad, 1973).

Inicialmente, nos Estados Unidos, a antropologia ocupava-se quase exclusivamente de assuntos internos ao território nacional, sendo caracterizada por Stocking (1976) como predominantemente americanista, entendidos como tal os estudos sobre índios dentro do próprio território nacional, sem significativas incursões comparativas sobre índios do continente⁵.

Stocking (1985: 133) reitera a relevância de problematizar, na trilha de Asad (1973), em que medida e de que modo a pauta de pesquisa da antropologia foi definida pela ideologia dos Rockefeller, como representantes do capitalismo corporativo integrado ao colonialismo ocidental. Notava-se também a mediação de atores políticos, sendo uma indicação das articulações entre os objetivos do SSRC e as articulações políticas para a participação de Franklin Delano Roosevelt (então governador do estado de Nova York e posteriormente presidente da República dos Estados Unidos) no Comitê Consultivo para a Pesquisa Empresarial, Ética e Industrial, criado no SSRC em 1928.

Redefinindo “estudos de área” em uma nova estruturação institucional

A partir da leitura da correspondência entre antropólogos nos anos 1940, vemos que o conceito de área cultural, previamente estabelecido em termos evolucionistas, influenciado pelo modelo determinado pelas coleções de história natural, foi constituído por antropólogos envolvidos com práticas coloniais de colecionamento (Jackins, 1996).

Nos anos 1940, observou-se um deslocamento das pesquisas em antropologia social de problemas internos aos Estados Unidos, aos quais inicialmente estava voltada, para temas externos a seu território nacional, estruturando domínios de conhecimento em termos de áreas estratégicas “etnogeográficas”, definidas de acordo com propósitos da guerra (Stocking, 1976). Ao fim desta, passou a ser delimitado em termos de políticas de desenvolvimento articuladas às problemáticas da antropologia aplicada em tempos do despertar da Guerra Fria (Nugent, 2008).

Antes da consolidação do paradigma histórico-cultural em termos de uma “escola de pensamento”, a antropologia atendia às exigências de uma visão colonialista que se cristalizava na organização de exposições em museus, nos quais a divisão em áreas obedecia a critérios hierárquicos, através dos quais continentes, regiões e áreas eram mapeados. Tal distribuição associava elementos culturais no espaço de acordo com uma hierarquia científica que estabelecia padrões de difusão uniformes, os quais convencionavam centros que determinavam uma “área cultural”. Em termos de tais centros, eram definidas as periferias. Determinando que os traços mais largamente distribuídos seriam necessariamente os mais antigos, eram produzidas sequências de desenvolvimento temporais.

Franz Boas, que era socialista e judeu, envolveu-se em polêmicas que o celebrizaram no cenário da antropologia. Assim que migrou da Ale-

manha para os Estados Unidos⁶, assumiu um posicionamento crítico em relação a critérios cientificistas com base em moldes das ciências naturais, contrapondo-se ao determinismo climático e racial próprio à biogeografia (Boia, 2005). Ao mesmo tempo em que buscava consolidar sua posição acadêmica fundamentada no paradigma histórico-cultural, foi compelido a assumir posições ambíguas e instado a realizar pesquisas financiadas para propósitos de colecionamento (Jacknis, 1996), determinados pelo campo dos museus, que preexistiu ao campo antropológico nas universidades (Faria, 1981 e 2000). Quando Boas se opôs à determinação do conhecimento pelos propósitos da guerra, o campo científico se dividiu entre antropólogos que defendiam a isenção profissional e outros que advogavam a ciência aplicada.

O projeto de institucionalização imposto pela situação da Segunda Grande Guerra delineou uma “geografia do conhecimento” específica (Nugent, 2008: 34), configurada para atender ao desejo militar de impor controle e estabilidade em extensos territórios, previamente objetos da colonização europeia, que os Estados Unidos visavam incorporar, aproveitando o consenso gerado pelos alinhamentos de amplos setores envolvidos na luta contra o nazismo. Isto produziu uma inversão do que ocorrera na Primeira Guerra Mundial, quando muitos antropólogos, que viviam e trabalhavam nos Estados Unidos, adotavam uma posição de isenção axiológica, influenciados em grande medida por Boas. A Segunda Guerra produziu um consenso de que os antropólogos deveriam participar da mobilização contra o racismo e o nazismo através da articulação das associações científicas com organismos criados especificamente pelo “esforço de guerra” (Faulhaber, 2011b).

Robert Lowie (1959) considerava que um desenvolvimento teórico na antropologia só poderia ser alcançado mediante a comparação sistemática da singularidade histórica de diferentes povos, que permitiria romper com os modelos evolucionistas e difusionistas previamente in-

formados. As pesquisas para tais comparações vieram a ser viabilizadas pelo deslocamento do paradigma de “ciência pura” para o de “ciência aplicada” (Willigen, 2002). Essa tendência veio a se consolidar com o apoio a projetos científicos que visassem a integração americana na luta contra o racismo e o nazismo. Ainda que tais projetos tenham sido germinados no trabalho com índios dentro do próprio território nacional, no Bureau of American Indians durante o New Deal, somente com a eclosão da guerra a solução para o problema estrutural da busca de financiamento para as pesquisas antropológicas veio a ser configurada de modo integrado, ainda que circunstancialmente. Em tal espectro, a arena política e social passa a se abrir para o estudo das minorias raciais e culturais, antes excluídas. Neste campo, passaram a prevalecer projetos de “engenharia social”, enfatizando as relações da antropologia com a sociedade, e as áreas culturais em outros continentes passaram a ser vistas como estratégicas. Identificadas com o apoio da antropologia aplicada, ficaram subordinadas a propósitos mais amplos que os da esfera dos museus e da academia.

Julian Steward trabalhou no Bureau of American Ethnology (BAE) da Smithsonian Institution (SI) desde o início dos anos 1940⁷. Com uma visão diferente dos agentes do Estado envolvidos com a “administração indígena” em relação aos índios (Blanchette, 2006), percebeu que a SI ocupava situação estratégica para a criação de uma rede de antropólogos. As circunstâncias da guerra apresentavam uma conjunção de fatores que propiciavam condições favoráveis à obtenção de recursos para a divulgação de pesquisa antropológica na América do Sul e nas florestas tropicais⁸.

O Ethnogeographic Board (Comitê Etnogeográfico, doravante EB) foi criado em 1942 como organização não governamental destinada precipuamente a atender a demandas do “esforço de guerra”. Este comitê, que tinha objetivos acadêmicos, foi estabelecido e apoiado por uma

articulação do National Research Council, do American Council of Learned Societies, do Social Sciences Research Council e da Smithsonian Institution. O propósito do EB era criar uma rede de especialistas que pudesse fornecer, em tempo hábil, conhecimento especializado para o sucesso em tarefas geradas pela situação de guerra, o que incluía fornecer pessoal qualificado e disponível para serviços como consultorias especiais para situações de emergência, treinamento e pesquisa em atividades militares. Era organizado como uma clearing house (escritório de conversão e compensação) para fornecer às agências militares, mobilizadas pela guerra, informações de regiões específicas e dados pessoais obtidos mediante pesquisa direta. Daí o interesse na colaboração de pesquisadores desenvolvendo estágios em regiões de interesse estratégico para os Estados Unidos (Bennet, 1947: 22). Duncan Strong, primeiro diretor do EB, contatou professores que lideravam a cena acadêmica para colaborar com este comitê. Eles enviaram listas de recomendações para a composição do “corpo de especialistas” do EB, os quais, integrados em comitês de áreas, eram recrutados para serviço governamental. Este comitê constituiu um fator de institucionalização dos estudos regionais, os chamados “estudos de área”.

Na avaliação dos interesses estratégicos englobados pelas linhas de ação do EB, a costa brasileira, na qual se incluía a floresta amazônica, era vista como um “vasto laboratório” e, deste modo, como uma prioridade de primeira ordem⁹. A América Latina era vista como uma das mais importantes regiões etnogeográficas nas quais a pesquisa social desabrochava na época. Ainda que para o EB fosse uma área entre muitas, registram-se nos diários de Duncan Strong encontros regulares, e mesmo em horas inusitadas de fins de semana, nos quais se reunia frequentemente com os especialistas para tratar sobre a América do Sul e os índios que lá existiam.

A organização governamental específica para lidar com a América do Sul foi o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), criado pelo Council of National Defense, em 16 de agosto de 1940, para responder à percepção do que o Departamento de Estado considerava uma ameaça massiva à segurança dos Estados Unidos. Este escritório foi estabelecido, essencialmente, para assistir o governo na preparação e coordenação de políticas para estabelecer as economias latino-americanas, para “assegurar e defender a influência dos Estados Unidos na região, e para combater o acesso do Eixo ao hemisfério, particularmente em esferas comerciais e culturais” (Cramer; Prutsch, 2006: 786)¹⁰.

Rockefeller tinha interesse especial na Amazônia, tendo conduzido um projeto de saúde baseado em acordo intergovernamental envolvendo os Estados Unidos e o Brasil. A Amazônia era vista como uma fronteira econômica favorável a programas de desenvolvimento que nasciam na arena internacional (Weinstein, 2007). Em tempos de guerra, Rockefeller investiu especialmente em programas relacionados à valorização da borracha, conferindo peso especial à importância e especificidade do conhecimento científico, em particular às ciências sociais. Essa proposta ancorava-se em uma política desenvolvimentista que visava avaliar as condições para a locação de agrupamentos locais considerados favoráveis para os investimentos em um preâmbulo do que veio posteriormente a ocorrer já em tempos de Guerra Fria, situando o Brasil como um aliado mais favorável para a política de “boa vizinhança” que países da América Latina ou do Caribe, como México ou Cuba.

O National Research Council criou, em 1939, o Comitê de Antropologia Latino-Americano, que, mesmo antes da guerra, refletia o desejo expresso “de integrar pesquisa profissional com programas governamentais”¹¹. Antropólogos engajados em tais comitês e organizações usaram seus conhecimentos academicamente adquiridos para práticas

profissionais, o que não era tradicionalmente considerado como pesquisa de campo etnográfica. O interesse na América Latina como área estratégica do ponto de vista do Departamento de Estado dos Estados Unidos, apesar disso, deixou de ser considerado relevante face a outras áreas ao fim do imediato pós-guerra.

Verificou-se uma situação especial de assimetria de poder entre estabelecimentos científicos do sul e do norte, quando, em meados do século XX, os Estados Unidos passaram a ocupar uma posição privilegiada na disputa pela hegemonia no campo científico, estabelecendo estratégias para deter o controle sobre os processos de apropriação e disseminação do conhecimento, criando uma cadeia de interdependências baseada na disputa por apropriações culturais. Tal aspiração envolveu a criação de grupos de especialistas que manejavam um “fundo específico de representações simbólicas” (Elias, 1982: 43), gerando e estruturando domínios de conhecimento que poderiam ser enquadrados como “subcontinentes”, como “América do Sul”, ou regiões como “Amazônia”, que despertavam interesse por abrigar vasta floresta tropical, conforme tal geografia do conhecimento específica tivesse interesse para a situação de guerra (Nugent, 2008: 34).

Em uma crítica histórica ao referencial da “antropologia do colonialismo” (Pels, 1997, 2008), parte-se aqui da concepção de que tal regionalização permitiu elaborar, naquelas circunstâncias, definições específicas de “estudos de área” constituídos com base em ideias produzidas alhures. Antropólogos de gabinete elaboravam sínteses teóricas baseadas em descrições etnográficas feitas num campo considerado não completamente estruturado do ponto de vista dos padrões de ciência da época. Em uma concepção dinâmica de campo científico, ainda que condicionados pela relação entre dominantes e dominados, tais lugares, considerados desestruturados e periféricos, podem ser locais de crítica

sobre as teorias exógenas se termos, que podem parecer deslocados porque concebidos alhures, forem invertidos e depois recolocados a partir da fronteira. Foi o que aconteceu em Berkeley, um centro antropológico estabelecido no extremo oeste dos Estados Unidos.

A Universidade da Califórnia em Berkeley, o campo institucional nos Estados Unidos na transição da guerra e a estruturação do conhecimento produzido por um coletor especial

A Universidade da Califórnia em Berkeley, apesar de distante dos centros de decisão administrativa, tornou-se um reconhecido núcleo de excelência científica e pesquisas “de ponta”. A existência de políticas científicas que apoiaram centros universitários de pesquisa no oeste americano, notadamente na Califórnia, se explica pela repercussão no campo científico da noção de “fronteira móvel” ou “fronteira em movimento”. Esta noção, em voga na época, inspirava-se no estudo de Frederick J. Turner (1963[1921]) sobre a significação democrática da fronteira para a sociedade americana. Turner estabeleceu essa conceituação com base na análise histórica dos movimentos de povoamento e colonização, e de conquista e incorporação de terras como fator de expansão “para oeste” do Estado nacional norte-americano. Empregou a expressão “lugar de germinação do espírito da nação norte-americana” (Coleman, 1966; Kearns, 1984, *apud* Machado, 1992) como metáfora biológica para explicar o mecanismo social de expansão nacional. Os próprios problemas sociais criavam “fronteiras móveis” passíveis de incorporação pelas políticas públicas.

O Instituto de Ciências Sociais (ISS) da Universidade da Califórnia em Berkeley (UCB) é um capítulo desconhecido da história das ciências

sociais¹². O ISS apoiava projetos sobre “fronteiras econômicas e fronteiras culturais” inspirados na noção de fronteira em movimento. Esse instituto apoiou projetos sobre assuntos internos aos Estados Unidos, mas também temas pesquisados em outros países, como no México, e inclusive financiou pesquisas de campo de Curt Nimuendajú de 1935 a 1941, na Amazônia. Este etnólogo foi tratado como assistente de Robert Lowie nos relatórios deste último, depositados no folder sobre “O Instituto de Ciências Sociais da UCB”¹³.

Esse instituto foi criado em 1932, em pleno período de Depressão americana. Conforme ata de 30 de agosto de 1932, o conselho do ISS foi assumido institucionalmente pela UCB após contato prévio com Alfred Kroeber em reuniões do Social Science Research Council (SSRC), em 1931. A participação de Kroeber no SSRC e a interação com representantes da Fundação Rockefeller (FR) foi estratégica para que o ISS se beneficiasse com recursos da FR, que incentivava pesquisas de campo originais promovidas por pesquisadores com treinamento acadêmico nos Estados Unidos. Mas o ISS não podia depender exclusivamente de tal fonte, devendo ser obtida contrapartida de recursos da própria UCB. O ISS passou a congregiar diferentes departamentos da UCB voltados às ciências sociais, notadamente no domínio da antropologia, geografia e história. Registrava-se a relevância de um esforço sistemático de estudos de área nestas disciplinas não só nos Estados Unidos, mas na América Latina, região considerada como “terra incógnita”. O ISS redefiniu sua atuação durante a Segunda Guerra Mundial, quando as instituições científicas dos Estados Unidos voltaram-se ao “esforço de guerra”, sendo registradas reuniões de seu conselho até 1946, quando tem início a retração de verbas concedidas para a América Latina.

De 1935 a 1942¹⁴, Nimuendajú trabalhou apoiado por recursos do Institute of Social Sciences da Universidade da Califórnia, sendo considerado, nos relatórios de Lowie para o ISS, seu “assistente de pesquisa”.

No primeiro ano, recebeu U\$700 para despesas com pesquisa de campo. De 1936 até 1941, recebeu U\$1200 por ano. Em 1942, no entanto, o instituto lhe forneceu apenas U\$300.

Os financiamentos do ISS tinham um esquema de avaliação estruturado na base de formulários. Como os solicitantes deveriam apresentar o título de doutorado, no caso de Nimuendajú, Lowie preenchia os formulários em seu próprio nome e colocava uma justificativa, explicando que a pesquisa de campo no Brasil seria feita por Curt Nimuendajú, acrescentando referências bibliográficas que circunstanciavam o reconhecimento de sua produção por destacados antropólogos, incluindo o próprio Lowie¹⁵.

O interesse específico de tal instituto para o presente trabalho reside no fato de Nimuendajú constar como “assistente” de Lowie desde 1935, quando já realizava pesquisas de campo para ele, inicialmente com os índios Gê. O relatório de Lowie de 1939 destaca que o rigor antropológico dos registros de Nimuendajú era reconhecido por trabalhos consagrados de autores como E. Nordeskiöld e A. Métraux. Estes americanos europeus conheceram Nimuendajú trabalhando para museus europeus, como o Museu de Gotemburgo e o Museu de Etnologia de Berlim. Foi Nordeskiöld, do Museu de Gotemburgo, quem pôs Nimuendajú em contato com Robert Lowie.

Nimuendajú também se correspondeu com Boas, expondo ao antropólogo seu conhecimento fundado no “conhecimento de campo” sobre os grupos indígenas para justificar sua atividade de coletor de artefatos para museus. Nimuendajú ofereceu a Boas uma coleção Apinayé por U\$900¹⁶. Boas respondeu que não era possível financiar seu trabalho, a despeito de reconhecer seu mérito e o valor antropológico da coleção¹⁷. Boas também enviou um telegrama para Nimuendajú, em 3 de maio de 1933¹⁸, e com uma frase lacônica expressou sua discordância

em relação ao modo como Nimuendajú garantia sua subsistência durante as pesquisas de campo: coletando e vendendo artefatos nativos para museus etnográficos envolvidos no mercado internacional de bens simbólicos, no qual circulava a cultura material indígena. Tal mercado era baseado em redes internacionais que envolviam intrincadas relações de troca simbólica e financeira (Penny, 2002: 54).

Como coletor estrangeiro, Nimuendajú estava submetido à política patrimonial do Brasil, que impôs severas restrições às suas coletas durante a Segunda Grande Guerra (Faria, 1981 e 2000)¹⁹, uma vez que, por ter nascido alemão, embora fosse naturalizado brasileiro, era colocado sob suspeita de estar envolvido em atividades de exploração, ainda que trabalhando junto a instituições do país e do exterior²⁰.

O interesse no conhecimento dos índios da Amazônia era reforçado pelas características da UCB, que, como universidade “de fronteira”, no sudoeste dos Estados Unidos, voltava sua atuação para a América Latina, de modo geral, e para a “fronteira amazônica”, o que explica a retomada por Curt Nimuendajú, nos anos 1940, da etnografia Ticuna. Esse povo, que conhecera no final da década de 1920, vivia na fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. A riqueza etnográfica das pesquisas de Nimuendajú possibilitava a Lowie comparar os índios da Amazônia com os índios dos Estados Unidos. O interesse era tal que a Editora da Universidade da Califórnia publicou trabalhos de Nimuendajú como único autor (1946 e 1952). Sendo assim, seu *status* elevou-se de coletor especializado de artefatos para o mercado de bens culturais a autor consagrado no campo científico da época, que então passara a se caracterizar como um sistema de produtividade científica.

Os artefatos antropológicos em tempos de guerra e os percalços das interlocuções de Nimuendajú

Durante a Segunda Guerra Mundial, Julian Steward vislumbrou a possibilidade de aproveitar recursos do Congresso estadunidense para a cooperação com as repúblicas da América do Sul como parte da “política de boa vizinhança”. Em função disso, propôs projetos colaborativos na Smithsonian Institution, como o *Handbook of South American Indians*²¹, e também propôs estabelecer escritórios do Instituto de Antropologia Social em diferentes países da América Latina (Faulhaber, 2011b). A apropriação dos recursos para tais projetos foi viabilizada mediante conexão do Comitê Interdepartamental com o Departamento de Estado dos Estados Unidos. Steward manifestava sua preocupação com o campo que tais recursos poderiam abrir para a pesquisa científica. Além de reunir informações detalhadas sobre os índios da América do Sul, que eram importantes do ponto de vista estratégico, tal empreendimento científico também teve implicações do ponto de vista teórico. Articulados com a evidência empírica do “contato cultural” como produto do paradigma histórico-cultural, os resultados das etnografias intensivas na América do Sul e no México foram a base dos desenvolvimentos teóricos propostos posteriormente por Julian Steward em termos da “ecologia cultural”, que contemplava a interpretação ecológica do desenvolvimento da organização política e social (Stocking, 1976: 27; Steward, 1955; Kerns, 2003), inserida em um novo paradigma evolutivo com base nas ideias de integração das culturas indígenas como “subculturas” (Steward, 1955) dentro de uma ordenação definida em termos de “programas de desenvolvimento”, preconizada pelas políticas públicas. A implantação de tais programas de pesquisa, entretanto, passava pela capilaridade de interações em âmbito local.

As ambiguidades antropológicas da interação entre Julian Steward e Curt Nimuendajú

Recentemente, têm sido publicados trabalhos relacionados à ambiguidade das práticas de Julian Steward. Suas trajetórias pessoal, profissional e acadêmica têm sido examinadas criticamente sob diversos ângulos, inclusive sua dificuldade para lidar com mulheres, que remete a um problema de gênero (Kerns, 2003; Faulhaber, 2011b). Steward atuava na mediação entre antropólogos, suas associações, instituições de pesquisa, órgãos governamentais e agências de fomento através de seu contato com o Ethnogeographical Board, dirigido por seu amigo Duncan Strong. O exame de sua trajetória fornece elementos para a análise histórica da ciência aplicada – já tendo sido sublinhado que o silêncio em artigos de periódicos especializados sobre aspectos de sua carreira é um exemplo das lacunas na historiografia da antropologia, a qual requer dos pesquisadores que se dediquem a identificar temas deixados de lado por diferentes razões e a analisá-los com a devida atenção (Wax, 2008: 1).

A correspondência de Steward mostra que, no curso da organização do volume sobre Florestas Tropicais do *Handbook of South American Indians*, ele mudou sua visão sobre Nimuendajú e o papel das fontes etnográficas na prática científica. Inicialmente, Steward, cujo trabalho de doutorado foi financiado pelo ISS da UCB, tratou o viajante teuto-brasileiro como colaborador secundário, que necessitava ser ajudado por Lowie para publicar seus trabalhos sobre os grupos indígenas da Amazônia. Ao final, publicou no *Handbook* dez artigos da autoria de Nimuendajú, além de três deste com Métraux. Nas últimas cartas, chegou a enfatizar que a produção de Nimuendajú contribuía para o divisor de águas que estava procurando constituir, propondo uma nova maneira de ver a antropologia²².

Foi somente após sua viagem ao Brasil, em fevereiro de 1942, quando se encontrou pessoalmente com Nimuendajú, que Steward percebeu a significação antropológica do etnógrafo alemão naturalizado brasileiro. Como editor do *Handbook*, no entanto, impôs regras que Nimuendajú nunca aceitou totalmente, e a interação entre os dois sempre foi muito tensa.

Steward corroborava a divisão hierárquica do trabalho que impregnava o *habitus* antropológico de seu tempo. O editor considerava os colaboradores como fontes de informação para os autores academicamente treinados para a profissão de antropólogos. Tratava Nimuendajú, inicialmente, como um informante-chave, minimizando sua contribuição teórica face a professores academicamente treinados como Robert Lowie, que Steward encarregara da introdução teórica do *Handbook*.

Essa visão hierárquica peculiar ao campo científico da época impregnava a própria abordagem de Nimuendajú, visto que ele também considerava como fontes secundárias informações fornecidas por Constant Tastevin, como se pode depreender de sua crítica ao artigo do missionário sobre os índios Mura (Tastevin, 1923, 1943). Nos originais que Nimuendajú enviou ao *Handbook*, depositados nos NAA, ele critica interpretações errôneas do missionário, as quais considera “completamente inadmissíveis”, embora, na tradução de seu artigo publicada no *Handbook*, o editor tenha suprimido essa crítica (Nimuendajú, 1948: 255). Apesar de criticar os desacertos linguísticos de Tastevin, Nimuendajú usava fartamente, inclusive em seu celebrado mapa etno-histórico, informações coletadas pelo missionário, não podendo deixar de reconhecer a contribuição histórica de seus registros para o conhecimento dos povos indígenas amazônicos.

Uma vez que, em função das circunstâncias da guerra, em 1942, Lowie só conseguiria U\$300 no ISS para a pesquisa de campo de Nimuendajú, ele solicitou dinheiro a Steward, apresentando Nimuendajú

como seu “co-worker”²³, reconhecendo que não poderia fazer pesquisas na Amazônia sem sua colaboração (Lowie, 1952). A Smithsonian, no entanto, pagava apenas a escrita de trabalhos avaliados estritamente pelo número de palavras. Segundo Steward, o instituto precisava enviar a conta para o HSAI ao congresso, como parte de uma apropriação geral para o projeto, cujos objetivos eram traçados como estratégias da “política de boa vizinhança” com países da América do Sul. O projeto estava, portanto, fora da esfera limitada e das responsabilidades do Bureau of American Anthropology, e seus pedidos de gastos necessitavam seguir regras e caminhos burocráticos²⁴. Em relatórios da Smithsonian, encontram-se demonstrativos de salários pagos a pesquisadores e professores que tinham suas despesas de campo custeadas por orçamentos específicos. Isto não ocorreu com os colaboradores “voluntários”, os quais, ainda que considerados como importantes fontes de informação, não eram reconhecidos como iguais pelos profissionais academicamente treinados como antropólogos.

Lowie negociou com Steward uma remuneração para Nimuendajú. Não se tratava da venda de textos e artefatos coletados que custeassem as pesquisas e a subsistência do pesquisador e dos informantes, que caracterizavam a divisão do trabalho no campo antropológico, anteriormente, visto que na produção do *Handbook* as relações entre a fonte pagadora e os autores obedeciam a toda uma regulamentação que estipulava pagamento por palavras mediante contrato formal. Nimuendajú levaria todo um mês para preparar uma cópia de seu gigantesco mapa etno-histórico, com as mudanças e correções apontadas por Lowie²⁵. Segundo Lowie, Nimuendajú não impusera preço, deixando a tarefa aos organizadores do volume.

Nimuendajú informou que o apoio era necessário para pagar seus informantes e suas despesas de subsistência enquanto o atendiam. Ele afirmou que o melhor tempo para estudar [sic] os Ticuna era a estação

das chuvas, quando eles não estavam trabalhando com a extração da borracha, agricultura e pesca, e estavam “livres” para acompanhá-lo²⁶. Em 1944, Nimuendajú acusa recebimento das miçangas enviadas por Eduardo Galvão, comentando que os Ticuna ficaram muito felizes em recebê-las e as usaram preparando pulseiras e colares para rituais de puberdade feminina. Nimuendajú tinha consciência do papel que desempenhava nas performances culturais, identificando-se a si mesmo com os povos indígenas perseguidos pelos patrões. Dada sua proximidade com os índios, os comerciantes viam-no como uma ameaça, pois julgavam que ele os encorajava a desafiar-los. Entretanto, apesar de suas trocas simbólicas e culturais com os índios, e reconhecendo suas habilidades como “artistas”, “escultores” e “artesãos”²⁷, ele reificava a hierarquia imposta pela pesquisa antropológica, qualificando os Ticuna como “informantes”²⁸.

A batalha pelo apoio da Fundação Rockefeller

Em 1942, condições institucionais na Universidade da Califórnia e na Smithsonian Institution dificultaram o financiamento para a viagem de Nimuendajú. Lowie dirigiu-se, então, à Fundação Rockefeller²⁹ (FR), que apoiava pesquisa antropológica desde os anos 1930, fornecendo pequenas somas para pesquisa acadêmica nas universidades de Yale e Columbia. Solicitou U\$500 à FR para suplementar os fundos para a viagem de Nimuendajú, em 1942, ao Alto Solimões. A carta de Lowie para a FR enfatizou os méritos do etnógrafo, explicando por que ele necessitava do dinheiro³⁰.

Alfred Métraux e Carl Sauer enviaram cartas de recomendação para a FR, tentando minimizar o fato de que Nimuendajú não era um pesquisador formado academicamente. Sauer descreveu Nimuendajú: “as a

civilized European who can go native and experience these native cultures as a participant, and yet record them as a scientist, [...] an excellent craftsman doing a piece of work that no one else can do”. Sauer também argumentou que o etnógrafo era “the old case of the individual scholar who finds a field to which he devotes his life”. Sauer evocou “the old problem of individual research versus a research program into which workers are fitted”. E acrescentou: “I don’t know what the answer is administratively to this bothersome question of grant-in-aid to the lone scholar, but until the foundations find this answer the opportunists, imitators, and apprentices have all the advantage over the men who make the contributions to knowledge”³¹. Willits respondeu afirmando: “As to the problem of the lone scholar who has no institutional connections, I can only quote Kipling’s poem ‘No tangle’s so tangled it cannot improve if the lover has brains’”³².

A rede de apoio que Lowie e seus colegas tentavam proporcionar a Nimuendajú, para que realizasse suas viagens aos Ticuna, era realmente um emaranhado. Nimuendajú necessitava de dinheiro para viajar a campo o mais rápido possível, para poder finalizar as observações de sua viagem de 1941. Como o comitê da FR decidiu fornecer o dinheiro através de instituições brasileiras, o Museu Nacional e o Museu Goeldi disputaram o papel de intermediário, com vistas a garantir a custódia de suas coleções etnológicas. Heloisa Alberto Torres, Diretora do Museu Nacional, que era membro do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas Nacionais (CFE), usou suas prerrogativas para tentar intermediar a transação. No entanto, em uma carta anexada à correspondência enviada por Métraux à FR, Nimuendajú respondeu, enfaticamente, que preferia ter o dinheiro enviado diretamente para ele através do Museu Goeldi, pois se o dinheiro fosse enviado antes ao Rio de Janeiro, ele teria que adiar a viagem devido às condições meteorológicas, já que a estiagem dificultaria muito seus deslocamentos em

campo e o impossibilitaria de chegar a certos lugares Ticuna que precisava visitar³³.

Na carta a Willits, à qual anexou a resposta a Nimuendajú, Métraux expôs, a título confidencial, as complicadas teias da intriga, tentando explicar a rivalidade entre as instituições brasileiras e mostrando que a relutância da FR em enviar o dinheiro diretamente ao museu de Belém iria privar Nimuendajú da dotação que ele necessitava e merecia. Métraux explicou que Nimuendajú não iria manter as coleções para seu uso pessoal. Métraux também descreveu o perfil de Dona Heloisa, bem como seu zelo pelas prerrogativas do Museu Nacional, considerando os laços de estima que mantinha com Nimuendajú e o apreço que tinha por sua contribuição etnológica³⁴.

Em carta enviada por Heloisa Torres a Soper, representante da FR no Brasil, ela concordou que o dinheiro fosse enviado a Belém. Entretanto, fez uma proposta, tentando conciliar o interesse das instituições. Sua aceitação de que o dinheiro fosse enviado a Belém estava condicionada à expectativa de que parte dos artefatos coletados fosse enviada ao Museu Nacional. O fato de ser Diretora do Museu Nacional e membro do CFE era explicitado como fator de legitimidade da sua demanda. Complementava a justificativa a alusão ao seu sentimento de que Nimuendajú tinha um débito de lealdade para com ela, por todo o apoio que lhe vinha prestando em suas pesquisas de campo ao longo de anos, ajudando-o “tanto em assuntos antropológicos quanto pessoais”³⁵.

Métraux anexou à sua carta a tradução de uma segunda missiva de Nimuendajú, na qual mencionava seus percalços com o CFE e as dúvidas no tocante a suas responsabilidades junto a tal conselho, visto que em suas viagens recentes ele estava colaborando com instituições nacionais e não fazendo expedições privadas; e caracterizava como xenóforas as ações nacionalistas que visavam restringir sua pesquisa e cercar seu movimento. Entretanto, como confidenciou a Métraux, ele também

entendia que ambos os diretores, do Museu Nacional e do Museu Goeldi, estariam do seu lado em caso de qualquer objeção colocada a seu trabalho pelo CFE ou outros grupos de interesse de âmbito local ou nacional³⁶.

Nimuendajú via Carlos Estevão e Dona Heloisa como seus melhores amigos no Brasil e reafirmava seus laços de lealdade com ambas as instituições. Mas a pessoa por quem o legendário etnólogo nutria maior afinidade era sem dúvida Métraux, a quem agradeceu calorosamente, inclusive pelo adiantamento dos U\$300, que Julian Steward lhe repassou como pagamento do monumental mapa etno-histórico, evitando, assim, o retardamento da pesquisa por empecilhos burocráticos. O etnólogo suíço-argentino igualmente se dirigia a Nimuendajú de modo muito efusivo, dizendo que diariamente se lembrava dele. Compartilhando com ele seus íntimos anseios, manifestava sentir fortemente o apelo das florestas, montanhas e dos povos que ali viviam, e onde apreciava imensamente viver e dedicar-se à etnografia. Afirmou ainda que, embora sua vida fosse atormentada por dificuldades, ele o invejava, e que estava certo de que ele tiraria de suas jornadas a satisfação que iria compensá-lo por seu sacrifício (carta de Métraux a Nimuendajú)³⁷. A insistência de Nimuendajú em receber o dinheiro via Museu Goeldi devia-se a questões operacionais, pois ele não trabalhava diretamente para o Museu Nacional. Vivia em Belém e estava fisicamente mais próximo de Carlos Estevão que de Heloisa Torres. Ele aceitou que os artefatos coletados em sua viagem pudessem ser divididos entre as duas instituições, contanto que fossem enviados primeiro ao Museu Goeldi.

Nimuendajú saiu de Belém no dia 6 de abril de 1942. A viagem aos Ticuna durou de 2 de maio a 24 de setembro, conforme seu relatório³⁸. Nesta data, tendo sido acusado de espionagem, foi preso em Tonantins e daí levado a Manaus, onde ficou entre os dias 29 de setembro e 9 de outubro³⁹. Era determinado pelas autoridades locais que todos os sus-

peitos de serem “súditos do Eixo” deveriam ser presos para investigação. Os envolvidos em atividades suspeitas eram enviados para trabalhos forçados na colônia agrícola de Tomé Assú ou na construção da estrada de rodagem da localidade de Alcobaça a Goiás. Isto não aconteceu com Nimuendajú porque Carlos Estevão, Diretor do Museu Goeldi, intercedeu junto a Álvaro Maia, interventor do Amazonas, para que ele interviesse no sentido de se fazer a devida justiça àquele reputado etnólogo, bem como para que não fosse extraviado “ou danificado o material científico por ele coletado” para o Museu Goeldi e o Museu Nacional, recomendando sua liberação, uma vez que ele viajava pelo Solimões “devidamente licenciado pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e apoiado moral e materialmente por este Instituto v.g. pelo Museu Nacional e Fundação Rockefeller”⁴⁰. A informação oficial enviada de Manaus pelo “delegado” Agnelo Bittencourt ao CFE foi que Nimuendajú remeteu seu material de Manaus para o Museu Goeldi, onde foi dividido entre esta instituição e o Museu Nacional⁴¹.

Nelson Rockefeller visitou Belém no dia 31 de agosto e encontrou Charles Wagley, que participou em comissão do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)⁴². O SESP foi criado mediante acordo do Office of the Coordinator of Integration of Latin American Countries, coordenado por Rockefeller e pelo governo do Brasil, que estabeleceu um plano de saneamento na Amazônia, como contrapartida ao fornecimento de matéria-prima do Brasil dentro do esforço de guerra, após o torpedeamento por alemães de navios brasileiros na costa do país. Não há, nos jornais, informação sobre a contribuição da FR à pesquisa de Nimuendajú. Uma das metas da atuação de Rockefeller era a propaganda política da integração norte-americana, e o caso provocaria polémicas indesejadas.

Qualidade x produtividade

Antes de encontrar o etnógrafo em Belém, em 1942, Julian Steward reconheceu formalmente sua contribuição para o *Handbook*, estabelecida mediante contrato. Após o encontro, sua correspondência manifesta tensões de pontos de vista. Era difícil para Nimuendajú aceitar as regras quantitativas estabelecidas por contrato com a Smithsonian para a colaboração com o *Handbook*⁴³. Em carta a Métraux, que passou a intermediar a interação de Nimuendajú com o editor, Nimuendajú sustentou uma argumentação qualitativa⁴⁴, explicando sua demora em enviar sumários superficiais sobre índios desconhecidos, uma vez que estava imerso em um trabalho que considerava mais importante, a monografia sobre os índios Ticuna (1952), resultante de sua colaboração com Lowie no ISS-UCB.

Nimuendajú preferia escrever sem remuneração, para terminar sua monografia sobre os Ticuna, que produzir sumários pagos⁴⁵. Respondendo às pressões de tempo de Steward, ele argumentou, na citada carta a Métraux, que preferia produzir um trabalho qualitativamente superior que muitos artigos incompletos. Seus argumentos mostram que ele acreditava que as regras de produtividade institucional não podem sobrepujar o objetivo de qualidade científica inerente à tarefa antropológica. Visava a qualidade científica apesar da demanda formal de quantidade de material publicado apressadamente, atendendo a cronogramas burocráticos que minimizavam o peso da qualidade acadêmica.

Nimuendajú demonstrou grande desconforto a Steward, apontando a imprecisão das versões do seu trabalho para o inglês feitas pelo tradutor G. V. Lindholm, criticando, ademais, a maneira arbitrária como suas descrições etnográficas sobre os índios do Xingu foram sumarizadas⁴⁶. Em carta de 10 de maio, Steward procura contornar a situação e con-

vencer Nimuendajú da necessidade de resumir o material, sobre o modo pragmático com que via os contratos, sendo o pagamento antes uma simples compensação pelo trabalho da escrita do que uma efetiva remuneração pelo trabalho de pesquisa. Evidentemente, a problemática da tradução cultural – e discursiva – extrapolava a mera discordância sobre problemas literais no resumo para o inglês. Suas discordâncias eram motivadas pelas estratégias de adaptação de sua etnografia à linguagem acadêmica e editorial, aos hábitos de linguagem da cultura antropológica dos Estados Unidos, dirigindo-se, então, a uma outra audiência – cujos interesses são distintos daqueles do momento do registro etnográfico, manipulando, assim, o texto enviado de acordo com outros parâmetros (Asad, 1995).

Nimuendajú também manifestou mal-estar diante de propostas de classificação de seu grande aliado e amigo Métraux, e do tratamento dado ao mapa etno-histórico, que empobreceu as diferenciações históricas impressas na versão original⁴⁷. Reconhecendo a gravidade dos problemas apresentados por Nimuendajú, Steward afirmou ter ele mesmo se debruçado sobre as revisões, recorrendo igualmente a Lowie. Enalteceu a contribuição de Nimuendajú para o conhecimento dos índios da América do Sul, caracterizando-o como “a great pioneer of science”⁴⁸. No entanto, Nimuendajú ainda iria expressar total descontentamento sobre a tradução do seu trabalho sobre os Parintintin, afirmando que, comparativamente com este, a revisão dos resumos sobre o Baixo e Médio Xingu fora fácil⁴⁹. Steward respondeu que não haveria mais tempo hábil para correções que reconhecia como devidas⁵⁰.

Nimuendajú enviou detalhada revisão dos nomes indígenas e topônimos⁵¹, incorporados à revisão com os ajustes à luz da linguística acadêmica, que foram editados por Steward, Gordon Willey (editor-assistente do *Handbook*) e revisados por Lowie. Em carta de 4 de abril de

1945, Steward informou que, devido ao atraso da edição do terceiro volume do compêndio, Nimuendajú teria tempo para fazer as modificações que julgasse relevantes, acusando o recebimento das revisões em carta de maio de 1945, enviando simultaneamente o resumo sobre os Tukuna, ao qual Nimuendajú fez pequenos reparos, finalmente elogiando a tradução. Nessa mesma carta, anuncia a intenção de viajar aos Tukuna⁵². Recebeu a notícia do envio do volume ao prelo em Washington antes da partida para sua derradeira viagem de pesquisa de campo, cujo desfecho fatal, em 10 de dezembro de 1945, ainda não foi devidamente esclarecido.

Conclusão

Curt Nimuendajú produziu etnografias extensivas sobre inúmeros povos pouco conhecidos, tornando-se legendário no campo antropológico. Nascido na Alemanha e vivendo na Amazônia, sua visão sobre a antropologia era forçosamente diferente da visão de seus interlocutores norte-americanos, notadamente Julian Steward, que trabalhava com cursos do Departamento de Estado dos Estados Unidos e, deste modo, estava envolvido com um projeto nacional expansionista em luta pela hegemonia política e cultural no campo dos estudos americanistas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a pesquisa de campo na Amazônia não se ligava diretamente ao esquema da intervenção de guerra, cujo foco estava na Alemanha nazista. Mas a Amazônia aparecia como uma importante região, tanto do ponto de vista estratégico, na política de boa vizinhança, quanto do econômico, dada a necessidade imediata de incremento dos estoques de borracha, produto disponível nas seringueiras nativas da floresta tropical. A região representou uma “fronteira

cultural” que também foi afetada pela guerra. Era vista como “a última fronteira”, o local do “encontro de culturas” privilegiado para observar antropológicamente a interação entre natureza e cultura. Também era um sítio propício para o simbolismo da integração pan-americana, interessante para os planos de desenvolvimento.

O conhecimento antropológico alcançado por Nimuendajú no longo tempo passado na “linha de frente” incorporou, além do conhecimento dos próprios índios, o produzido por um gênero especial de viajantes, que, durante a primeira metade do século XX, registraram seu testemunho sobre as transformações históricas. As fontes de recursos de tais viajantes advinham da negociação de textos e artefatos que eram adquiridos pelos museus e convertidos em bens culturais, que rendiam fundos para quem os coletara. Estes fundos eram utilizados como fonte de financiamento das viagens de exploração.

A criação de agências financiadoras, que selecionavam os trabalhos a serem apoiados com base em uma avaliação hierárquica da qualidade da formação acadêmica e da produção científica, e com a regulação do pagamento por meio de contratos formais, deu uma nova forma à produção do conhecimento, buscando regulamentar a negociação do valor das informações coletadas. Visando a explicar, a partir das metrópoles, o conhecimento coletado alhures, reproduziu-se, todavia, em meados do século XX, a hierarquia entre teóricos de gabinete e viajantes coletores, bem como a divisão de trabalho da exploração colonial com base em diferenças entre modos de produção de conhecimento em diferentes formações nacionais. De coletor inserido no mercado de bens simbólicos para museus, Nimuendajú passou a ser produtor de etnografia para o sistema de produtividade acadêmica criado como instância privilegiada do campo científico. No caso dos Tukuna, instituições como o ISS-UCB, a Fundação Rockefeller e a Smithsonian não se apropriaram dos artefatos indígenas, que foram destinados ao Museu Goeldi e ao Museu

Nacional. Mas estava igualmente em questão a apropriação cultural e a circulação internacional dos conhecimentos produzidos localmente com o recurso da etnografia.

Estava em jogo uma apropriação por instituições nacionais do patrimônio cultural dos povos indígenas e uma questão de apropriação científica do conhecimento etnográfico produzido por Nimuendajú, o que gerou uma inflexão do ponto de vista da construção de um imaginário nacional do patrimônio científico, que estava sendo gestado em uma época na qual as instituições científicas travavam batalhas pela hegemonia na produção do conhecimento sobre os índios americanos. Inconcebível como, fora do contexto internacional, a antropologia, como qualquer outra ciência no século XX, é indissociável das disputas patrimoniais em diferentes contextos nacionais.

Notas

- ¹ Agradeço a Ruth Monserrat pela colaboração na revisão do trabalho e à bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq.
- ² A sistematização da pesquisa em arquivo nos Estados Unidos foi possível com bolsa de pós-doutorado do CNPq, no Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia em Los Angeles, em 2007, com a supervisão de Anthony Seeger. Agradeço a atenção que me foi concedida durante esse estágio tão importante para o presente trabalho. Também lembro, entre outros colegas que me ajudaram a lidar com o mundo dos arquivos e das bibliotecas, Barbara Weinstein, Joanne Rappaport, Louis Forline, Susana Hecht, Seth Garfield, Robert Leopold, Piero Mattei. Outros deslocamentos aos Estados Unidos para localizar arquivos não disponíveis nesse mesmo ano foram possíveis quando dispunha de taxa de bancada da bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Agradeço igualmente ao programa de capacitação institucional do CNPq/MCT. O espírito de liberdade acadêmica na vida universitária dos Estados Unidos fez-me encontrar pesquisadores que, mesmo sem me conhecer, mostraram extremo interesse em abrir portas para mim,

quando pude descobrir que também eles enfrentam, no seu cotidiano, uma luta constante para manter acesa a chama da busca sistemática de conhecimento, mesmo em situações de descaso e adversidade.

- ³ Conforme documentado no arquivo nacional, no documento n. 752 de 25 de agosto de 1948.
- ⁴ Stocking (2001: 331) indica que ainda há muito a escrever em história da antropologia. Caberia acrescentar a indagação sobre em que medida problemas levantados neste campo de investigação ainda carecem de maior esclarecimento. Em seu estudo sobre a antropologia do entreguerras nos Estados Unidos, mostra a especificidade da escola histórico-cultural lá desenvolvida face ao estrutural funcionalismo britânico.
- ⁵ O conhecimento sobre os povos indígenas das Américas se fundava sobre um padrão culturalista inspirado no conceito de “áreas culturais” geográficas, que nasceu com as viagens de A. Humboldt e que foi a referência para os viajantes do século XIX, persistindo até meados do século XX (Taylor, 1984: 227). Embora todos transitassem pela Sociedade de Americanistas de Paris (Laurière, 1993, 2006), o americanismo francês guarda particularidades cuja análise não cabe nos limites do presente trabalho. Vale lembrar que, na França, os antropólogos relacionavam-se com a antropologia física enquanto os etnólogos, com o enfoque cultural dos costumes dos povos ameríndios (Stocking, 1984: 22). O campo antropológico se fundou na Escola Francesa de Sociologia em termos de um modelo racionalista. A antropologia universalista construía “no gabinete” generalizações com base em informações recolhidas em lugares particulares. Valia-se de registros produzidos por viajantes que, no entanto, se desqualificavam como orientados por princípios de participação, vendo-os como incapacitados de apreender a objetividade dos fenômenos (Leenhardt, 1949: XI). A partir da sistematização de princípios para a tradução cultural, a teoria antropológica passou a relativizar as oposições dicotômicas entre categorias como razão e afetividade, causalidade e participação, procurando ver as representações do “outro” em seus próprios termos.
- ⁶ Aspectos de sua biografia que motivaram seu deslocamento da Alemanha para os Estados Unidos são examinados em Moura (2003).
- ⁷ O Bureau of American Ethnology foi criado em 1879, inicialmente como Bureau of Ethnology, por um ato do congresso dos Estados Unidos, com o propósito de transferir documentos relacionados aos índios da América do Norte para a

Smithsonian Institution. Não tardou que a missão se ampliasse no sentido da organização da antropologia dos Estados Unidos. Em 1965, o Departamento de Antropologia da Smithsonian e o BAE foram unificados no Smithsonian Office of Anthropology, cujos arquivos passaram a se chamar, em 1968, National Anthropological Archives.

- ⁸ Segundo afirmação de Julian Steward em carta a Robert Lowie, 10 de setembro de 1943 (National Anthropological Archives – NAA), folder Institute of Social Anthropology (ISA). As informações sobre tal rede de instituições científicas estão localizadas em diferentes arquivos em Washington. O presente trabalho focaliza especificamente os documentos relacionados à história da antropologia depositados nos NAA e em Berkeley. Agradeço a Charlotte Emmerich por ter-me informado sobre a existência de tais fundos documentais.
- ⁹ Os militares da América do Norte viam a Amazônia com grande curiosidade e exotismo, como se vê no fragmento da carta seguinte: “Major Bolling and Major Dean [...] the latter in charge of Operational Intelligence in South America (as well as Alaska), called, very anxious to get detailed information, especially photographs, on South America beginning with Brazil as first priority” (NAA, *Journal of WM Duncan Strong as Director of the Ethnogeographic Board*).
- ¹⁰ O presidente Roosevelt designou Nelson Rockefeller como Coordinator of Inter-American Affairs, ao mesmo tempo em que apontou William J. Donovan como Coordinator of Information do Office of Strategic Services. Este último serviço, criado em 1942, tornou-se um embrião da CIA (Central Intelligence Agency of USA) (Ranelagh, 1986). Quando os Estados Unidos, depois do bombardeio de Pearl Harbor (dezembro de 1941), entraram na guerra, o Brasil – já que a almejava equidistância nas relações comerciais com as potências tornou-se inescusável – declarou solidariedade a seu governo, unindo-se às forças aliadas contra o Eixo. Em troca, os Estados Unidos equiparam militarmente e industrialmente seu estratégico “bom vizinho”. Essa aliança foi decisiva para quebrar, logo no início de 1942, o apoio argentino e chileno ao Eixo. Com tal posicionamento brasileiro, tornou-se possível tratar de uma política de composição pan-americana em prol da qual se desenvolveram amplas estratégias de propaganda. Diversas personalidades, artistas e pessoas influentes visitaram o Brasil em uma verdadeira campanha deflagrada em tempo de guerra. A entrada do Brasil na guerra era incentivada pelos estrategistas americanos, principalmente por seu papel de fornecedor de

matéria-prima, como ferro, manganês e, sobretudo, borracha natural. A Rubber Development Corporation foi criada para estimular a produção de borracha imediatamente, com fins voltados exclusivamente para o esforço de guerra. O principal objetivo era incrementar os lucros dos Estados Unidos na balança comercial internacional, para promover sua segurança militar (Dean, 1987: 88).

¹¹ Records of BAE/NAA, Series 4, Miscellaneous Administrative Files (1948-1965), Bureau of American Ethnology, Memorandum. A guide to the Survey of Foreign Liaison Activities of the Research groups within the Federal Government.

¹² A documentação sobre o ISS da UCB, reunida por Alfred Kroeber, está depositada em folder intitulado “Pre Rockefeller Grant”, na caixa 24 do fundo do Departamento de Antropologia da UCB. Agradeço a Ira Jacknis, Charles Faulhaber e David Kessler pelo acesso a essa documentação. Com base na pesquisa original nesse fundo, bem como na pesquisa em jornais em Belém, realizada em agosto de 2011, aprofundi problemas anteriormente focalizados em Faulhaber (2010), podendo melhor sistematizar os conceitos, a análise e a conclusão do presente trabalho.

¹³ Cu 23 – box 24 Institute of Social Science.

¹⁴ O relatório de 1935 do ISS informa que Nimuendajú foi apresentado à Universidade de Berkeley pelo barão Erland Nordeskiöld, que ministrou, naquela universidade, em 1926, um curso de outono. Posteriormente, K. G. Izikowitz recomendou fortemente os trabalhos de Nimuendajú a Robert Lowie, em carta de 19 de setembro de 1934. Lowie mencionara a Nordeskiöld, em 1932, sua intenção de editar o *Handbook of South American Indians*, na condição de Chefe da Divisão de Antropologia e Psicologia do National Research Council. No entanto, o projeto não vingou naquele momento. Izikowitz, que fora destituído de seu cargo por perseguição nazista em 1934, procurou Lowie e lhe informou que considerava Nimuendajú a pessoa mais qualificada para editar a parte brasileira da obra. Naquele momento, Lowie havia deixado de lado o projeto do *Handbook*, mas passou a contar com Nimuendajú para suas pesquisas apoiadas pelo ISS. Essa carta consta na lista de cartas organizada por J. Rowe, depositada no fundo Nimuendajú confiado à sua custódia por Robert Lowie. Como se tratava de correspondência entre pessoas perseguidas pelo nazismo, sem tal consignaçoão os documentos teriam corrido o risco de desaparecer, já que as instituições de inteligência dos Estados Unidos colocavam sob suspeita as produções de alemães no país (JRA). Agradeço

a Patrícia Lyon pelo acesso a essa documentação. Ela afirmara que só abriria o arquivo quando julgasse que os documentos nele contidos poderiam ser analisados dentro de uma postura de comprometimento ético.

- ¹⁵ “Application for Research Grant Form Funds of the Institute of Social Sciences, University of California”, assinada por Robert Lowie em 6 de março de 1941 (JRA).
- ¹⁶ Em carta datada de 15 de dezembro de 1932, depositada nos arquivos de Boas da American Philosophical Society (Boas Professional Papers/BPP). Microfilmes deste fundo estão disponíveis nos arquivos do Getty Museum de Los Angeles, onde pude consultá-los em 2008. As informações aqui transcritas foram traduzidas do alemão por Willi Bolle.
- ¹⁷ “Lamento saber que o senhor não vê nenhum modo de continuar seu válido trabalho etnológico. [Pergunto] se o senhor pode me dizer, assim que possível, quanto dinheiro necessita para possibilitar que continue seu trabalho. Não tenho nada a oferecer no momento, mas há algumas negociações em curso que talvez, em um futuro não tão distante, possam apoiar este tipo de trabalho, particularmente na América do Sul” (Carta de Boas para Nimuendajú, 8 de janeiro de 1933, BPP).
- ¹⁸ No telegrama, assinado por Boas, está escrito em inglês: “take along future party without interference of scientific work cabe collect” [sic], BPP.
- ¹⁹ Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (Brazilian Council for Inspection of Artistic and Scientific Expeditions in Brazil, cujo arquivo está depositado no MAST/MCT).
- ²⁰ Em carta a Boas (27 de março de 1933), Nimuendajú procurou demonstrar que não era meramente um coletor, expondo também sua discordância com a interferência de cinegrafistas que procuravam o lado sensacionalista das imagens dos índios, enquanto ele se sentia mais preocupado com a imagem que o público esperava destes índios do que em apresentar notícias sobre os índios e suas culturas para espectadores ávidos por exotismo. Além disso, nessa carta, Nimuendajú relatou que esses índios estavam ameaçados por ataques de neobrasileiros [sic]. Em outra carta a Boas, de 15 de dezembro de 1922 (BPP), Nimuendajú contou que estava sendo acusado de ser um espião nazista. Ainda que sua nacionalidade fosse o motivo aparente de tais perseguições, estas de fato eram feitas porque, com sua atuação, Nimuendajú promovia a autoestima indígena. Nimuendajú sumarizou suas principais observações etnográficas sobre os Ramkomekra visando a obter fundos

necessários para prosseguir em suas pesquisas. Forneceu informações detalhadas sobre a “decadência” de diferentes povos indígenas, notando, por exemplo, que os Apinayé foram reduzidos de 273 a apenas 80, e que, além disso, sofriam pelas doenças introduzidas pelos europeus. Os Krahó também estavam desaparecendo devido a suas relações de aliança com grupos afro-brasileiros (BPP, tradução de Willi Bolle).

²¹ O projeto do *Handbook of South American Indians*, proposto por Robert Lowie em 1932, no National Research Council (Steward, 1941; Lowie, 1959), só foi viabilizado a partir de 1939 pela Smithsonian Institution (SI). A produção deste compêndio foi copiosamente documentada nos Arquivos Nacionais Antropológicos (NAA) depositados na SI, onde se nota a hierarquia científica e a complexidade da divisão intelectual do trabalho entre os colaboradores de diferentes países (Faulhaber, 2011b).

²² Carta de 2 de dezembro de 1943, NAA/HSAI/SI.

²³ Carta de Lowie a Steward, 16 de outubro de 1940.

²⁴ Carta de Steward a Lowie, 21 de junho de 1939.

²⁵ Steward adquiriu, na viagem de 1942, o mapa etno-histórico de Nimuendajú, remetendo-o através do cônsul americano em Belém, em 18 de julho de 1942. É curioso que, nesse mesmo ano, o Comitê de Inter-American Affairs produziu um mapa identificando locais de potencial trabalho indígena para a extração da borracha. O mapa demarca as áreas de produção da borracha no Brasil e especifica nomes de povos indígenas potencialmente disponíveis para o trabalho. O mapa foi produzido por Irving Goldman (arquivos do CIAA, depositados no US National Archives, 1942).

²⁶ 31 de maio de 1945. Arquivo Nimuendajú, Museu Nacional/UFRJ.

²⁷ 31 de maio de 1945. Carta de Nimuendajú a Harald Schultz, depositada no Arquivo Nimuendajú do Museu Nacional, gaveta 2.

²⁸ A identificação de Nimuendajú com os povos discriminados não era unicamente uma circunstância com a interação com os índios durante suas pesquisas de campo. Ele não considerava a si mesmo um membro das elites brasileiras. Morando em Belém, vivia em relações maritais com uma lavadeira. Esta mulher, depois da morte de Nimuendajú, vendeu seu arquivo para o Museu Nacional e dependia da ajuda financeira de pesquisadores do Museu Goeldi para sobreviver. As opiniões de quem o conheceu são muito controversas. Segundo relato do Sr. Raimundo

Nonato Brito (por mim entrevistado em 11 de maio de 2009), que trabalhou como menino de recados para Berringer & Cia – a firma que enviava a correspondência de Nimuendajú para outros estados do Brasil e para o exterior –, o sábio alemão sempre andava vestido com trajes de expedicionário, parecendo uma pessoa distante, que apenas lidava com livros e ciência. Outros o consideravam um tipo não convencional, relacionado a círculos boêmios e frequentador de prostíbulos pobres (Expedito Arnaud, .i.p.).

²⁹ RA RG 1.1 Series 305, Box 54, Folder 289.

³⁰ “Report on Sr. Curt Nimuendajú’s work since 1938”, assinado por Lowie em 2 de fevereiro de 1942, 4 páginas (AJR).

³¹ De Carl Sauer para J. H. Willits, 29 de novembro de 1941, RA, *ibid.*

³² Ao pesquisador que não tem conexões institucionais, ele apenas poderia citar o poema de Kipling, “Nenhum novelo é tão emaranhado que não possa ser desembaraçado, se o amante tiver astúcia” (tradução de Clara Allain). Carta de Willits a Sauer, 3 de dezembro de 1941, RA, *ibid.*

³³ Carta de Nimuendajú anexada à carta de Métraux a Willits, *ibid.*

³⁴ Carta de Métraux a Willits, 14 de maio de 1942, RA, *ibid.*

³⁵ Carta de *Dona* Heloisa para Soper, 5 de fevereiro de 1942, RA.

³⁶ Carta de 1º de março de 1942, RA, segundo anexo à carta de Métraux para Willits, 14 de maio de 1942.

³⁷ Carta de 29 de maio de 1942 (HSAI/SI).

³⁸ Relatório datado de 3 de outubro de 1941 ao CFE (o arquivo deste conselho está depositado no Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins).

³⁹ Afirma Nimuendajú em carta a Steward: “Durante minha estadia entre os índios, fui hostilizado e caluniado da maneira mais infame e absurda. Fui denunciado às autoridades militares e civis, e finalmente conseguiram a minha prisão. Chegando, porém, em Manaus, fui solto imediatamente e sem mais formalidades. Contudo, a minha situação é extremamente triste, pois se nos Estados Unidos eu sou julgado pelos meus trabalhos, aqui no Brasil a única coisa que importa é que sou estrangeiro, de nada valendo a minha naturalização” (carta de 26 de outubro de 1942 – NAA/HSAI/SI).

⁴⁰ Carta de Carlos Estevão a Álvaro Maia, de 28 de setembro 1942, depositada no fundo Carlos Estevão do arquivo Guilherme de La Penha do Museu Goeldi.

- ⁴¹ 11 de outubro de 1942 (AHC/MAST).
- ⁴² Conforme noticiado na *Folha do Norte* em 23 de setembro de 1942 (terceira página, em matéria intitulada “O Saneamento da Amazônia”).
- ⁴³ Afirma Nimuendajú em carta de 22 de novembro de 1942 (NAA/HSAI/SI) dirigida a J. Steward: “Quanto ao contrato assinado por mim em outubro de 1941, permita-me reproduzir o que lhe escrevi quando o devolvi assinado: assinei-o apenas como prova de que estou pronto a colaborar no *Handbook*, mas não posso assumir o compromisso de fornecer artigos sobre todas as tribos mencionadas, por falta de literatura e de conhecimento próprios. Peço, portanto, que desconsidere esse contrato como inexistente e avalie o artigo que lhe remeti a seu critério [...] Por hora, porém, terei de aproveitar em primeiro lugar o manuscrito sobre os meus trabalhos entre os Tukuna, enquanto eu ainda dispuser de recursos para fazê-lo. Calculo que isto ainda levará uns dois meses. Apesar de minha boa vontade e mesmo necessidade de continuar colaborando no *Handbook*, é indispensável que eu cumpra agora, em primeiro lugar, esse compromisso com o Dr. Lowie”.
- ⁴⁴ Afirma Nimuendajú na carta a Métraux: “O Sr. Steward, em três contratos sucessivos, encarregou-me de escrever artigos sobre um grande número de tribos, em grandes partes pessimamente documentadas na literatura. Afora o artigo sobre as sete tribos do Baixo e Médio Xingu, que já remeti, ficaram ainda 21 outras que, a fim de esclarecer sinônimos e outras confusões, eu tive de aumentar para 28 e mais umas tantas observações necessárias a respeito de outras tribos. Estes 28 artigos deviam ser escritos em 15000 palavras. Como o Sr., eu tive de reunir primeiro todo o material existente sem restrições. Agora, depois de ter escrito os artigos a lápis, vejo que eles contam talvez umas 45000 palavras! O trabalho preliminar que eu tive de executar foi portanto três vezes maior que o trabalho contratado. O Sr. acha que a quantia que a redação do *Handbook* paga pelos artigos contratados recompensa semelhante esforço, que é necessário, como o Sr. mesmo concordou, ficando a favor da QUALIDADE do artigo, quando a redação paga apenas a QUANTIDADE! [Destaque em maiúsculas pelo próprio Nimuendajú.] Franca-mente, eu acho desastrosa esta tendência de reduzir assim trabalhos científicos, analíticos, à mesma bitola para depois ser convertido em dinheiro” (carta de 27 de abril de 1943, NAA/HSAI/SI). É impressionante como um etnólogo do início do século XX expressa tensões que até hoje se evidenciam no trabalho acadêmico.

- ⁴⁵ Nimuendajú recebeu um total de \$400 pelo conjunto de seu trabalho, como atesta o recibo enviado para Julian Steward (Belém do Pará, 6 de novembro de 1943, NAA/RHSAI).
- ⁴⁶ Em carta datada de 5 de maio de 1943, depositada no Fundo Nimuendajú do Museu Nacional (FNMN). A carta de 19 de julho de 1943 sumariza as escusas de Steward a Nimuendajú: “I am enclosing a voucher which you should sign once opposite to the red cross and return in order that your check may be sent to you. I am sorry that it is necessary to go through these formalities instead of paying you at once, but these are rules by which we must abide” (NAA/HSIAI/SI). A versão final foi enviada em 27 de setembro de 1944. Afirma Steward: “I have made various queries on the manuscript sent you. Some of these concerns the correctness of translations. You will doubtless find many erroneous translations of which we are unaware [...]” (NAA/HSIAI/SI).
- ⁴⁷ Carta de Nimuendajú a J. Steward, 1º de setembro de 1944 (NAA/HSIAI/SI). Em carta a Gordon Willey, de 21 de março de 1944, Lowie pede-lhe apoio para revisar o material sobre áreas tropicais para o *Handbook*, mencionando contribuições de Nimuendajú enviadas por Steward em 23 de setembro de 1943 (NAA/correspondência de Lowie/SI).
- ⁴⁸ Carta de 2 de dezembro de 1943 (NAA/HSIAI/SI). A resposta a Steward de 19 de maio de 1945, com algumas observações sobre a tradução do manuscrito para o *Handbook*, comenta que a tradução deste trabalho é sensivelmente melhor que as anteriores (FNMN).
- ⁴⁹ Carta de Nimuendajú a Steward, 17 de outubro de 1944.
- ⁵⁰ Carta de Steward a Nimuendajú, 31 de outubro de 1944 (NAA/HSIAI/SI).
- ⁵¹ Carta de Nimuendajú a Steward, 15 de dezembro de 1944 (NAA/HSIAI/SI).
- ⁵² Carta de Nimuendajú a Steward, 29 de maio de 1945 (NAA/HSIAI/SI).

Referências bibliográficas

ASAD, Talal

1973 *Anthropology and the Colonial Encounter*. Berkshire, Ithaca Press.

1993 “The Concept of Cultural Translation in British Social Anthropology”. In *Genealogies of Religion. Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam*. Baltimore, The John Hopkins University Press, 1993, pp. 171-200.

BENJAMIN, Walter

1986 “Alegoria e drama barroco”. In *Documentos de cultura, documentos de barbárie (Escritos escolhidos)*. São Paulo, Edusp/Cultrix, pp. 17-40 e pp. 199-201.

2001[1923] “A tarefa-renúncia do tradutor”. In HEIDERMANN, W. (org.), *Clássicos da teoria da tradução. Volume 1: Alemão-Português*. Florianópolis, EdUFSC, pp. 189-215.

BENNET, Wendell Clark

1947 “The Ethnogeographic Board”. In *Smithsonian Miscelanean Collections*. Washington, Smithsonian Institution, vol. 107, n. 1, pp. V-130.

BERMAN, Antoine

2002 *A prova do estrangeiro*. Bauru, EdUSC.

BOIA, Lucian

2005 *The Weather and the Imagination*. London, Reaktion Books.

BLANCHETTE, Thaddeus

2006 *Cidadãos e selvagens: a antropologia aplicada e a administração indígena nos Estados Unidos, 1880-1940*. Rio de Janeiro, tese, PPGAS/Museu Nacional.

BUNZL, Matti

1986 “Boas and the Humboldtian Tradition. From Volksgeist and Nationalcharakter to an Anthropological Concept of Culture”. In STOCKING JR., G. W. (ed.), *Volksgeist as Method and Ethic. Essays on Boasian Ethnography and the German Anthropological Tradition*. Madison, University of Wisconsin Press, HOA, vol. 8, pp. 17-78.

CRAMER, Gisela; PRUTSCH, Ursula

- 2006 "Nelson Rockefeller's Office of Inter-American Affairs (1940-1946) and Record Group 229". In *Hispanic American Historical Review*, vol. 86, n. 4, pp. 785-806.

DEAN, Warren

- 1987 "The Battle for Rubber, 194-1945". In *Brazil and the Struggle for Rubber. A Study in Environmental History*. Cambridge/New York, Cambridge University Press, pp. 87-107.

DES CHENE, Mary

- 1997 "Locating the Past". In *Boundaries and Grounds for a Field Science*. Berkeley, University of California Press, pp. 66-85.

ELIAS, Norbert

- 1982 "Scientific Establishments". In ELIAS, N.; MARTINS, H.; WHITLEY, R. (eds.), *Scientific Establishments and Hierarchies*. Dordrecht/Boston/London, D. Reidel Publishing Company, pp. 3-70.

FARIA, Luís de Castro

- 1981 *Curt Nimuendajú. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro, IBGE, pp. 17-22.
- 2000 "Introdução". In *Inventário Sumário – Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. Rio de Janeiro, MAST, 2000, pp. 7-13.

FAULHABER, Priscila

- 2005a "História dos Institutos de Pesquisa da Amazônia". In *Revista do IEA*, São Paulo, pp. 241-258.
- 2005b "O etnógrafo e seus 'outros'. Informantes ou detentores de conhecimento especializado?". In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, n. 36, pp. 111-129.
- 2011a "A história da antropologia social e a política de patrimônio científico no Brasil em meados do século XX". In *XIII Enancib*, Brasília, pp. 1-20.
- 2011b "O Instituto de Antropologia Social (Estados Unidos, Brasil e México): um artefato da resposta antropológica ao 'esforço de guerra'". In *Revista Mana*, Rio de Janeiro, PPGAS, vol. 17, pp. 9-39.

GINZBURG, Carlo

- 2002 *The Juge and the Historian. Marginal Notes on a Late-Twentieth-Century Miscarriage of Justice*. New York/London, Verso.

GRUPIONI, Luis Donizete Benzi

- 1998 *Expedições e coleções vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização Artística e Científica no Brasil*. São Paulo, Hucitec/ANPOCS.

JACKNIS, Ira

- 1996 "The Ethnographic Object and the Object of Ethnology in the Early Career of Franz Boas". In STOCKING JR., G. W. (ed.), *Volksgeist as Method and Ethics. Essays on Boasian Ethnography and the German Anthropological Tradition*. Wisconsin, University of Wisconsin Press, pp. 185-214.

KERNS, Virginia

- 2003 *Scenes from the High Desert. Julian Steward's Life and Theory*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press.

LAURIÈRE, Christine

- 1993 "La Société des Américanistes de Paris: Fondements et idéologie de l'Américanisme en France". In *Mémoire de Maîtrise*. Nanterre, Université de Nanterre.
- 2006 "Paul Rivet (1876-1958)". In *Le Savant et le Politique*. Paris, tese, EHESS.

LEENARDT, Maurice

- 1949 "Préface". In LÉVY-BRUHL, L. *Les Carnets de Lucien Lévy-Bruhl*. Paris, PUFF.

LOWIE, Robert H.

- 1959 "Fieldwork in Absentia". In *Robert H. Lowie, Ethnologist. A Personal Record*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, pp. 119-126.

MACHADO, Lia Osório

- 1992 "A fronteira agrícola na Amazônia brasileira". In *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 54, n. 2, pp. 27-55.

MILLS, David

- 2005 “Anthropology at the End of the Empire. The Rise and the Fall of the Colonial Social Science Research Council, 1944-1962”. In DE L'ESTOILE, B.; NEIBURG, F.; SIGAUD, L., *Empires, Nations and Natives. Anthropology and State Making*. Duke, Duke University Press, pp. 135-166.

MOURA, Margarida Maria

- 2003 “Conhecimento, cidadania, sentimento”. In *Nascimento da Antropologia Cultural. A obra de Franz Boas*. São Paulo, Hucitec, pp. 19-115.

NIMUENDAJÚ, Curt

- 1946 “The Eastern Timbira, Berkeley and Los Angeles: University of California Press”. In *Publications in American Archaeology and Ethnology*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, vol. 41.
- 1948 “The Mura”. In STEWART, J. (ed.), *Handbook of South American Indians. Volume 3 – The Tropical Forest Tribes*. Washington, Smithsonian Institution, 1948, pp. 255-265.
- 1952 “The Tukuna”. In LOWIE, R. (org.), *Publications in American Archaeology and Ethnology*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, vol. 45.

NUGENT, David

- 2008 “Social Science Knowledge and Military Intelligence: Global Conflict, Territorial Control and the Birth of Area Studies During WW-II”. In *Anuário Antropológico 2006*. Brasília/Rio de Janeiro, UnB/Tempo Brasileiro, pp. 33-68.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso

- 1986 “O que é isso que chamamos de Antropologia Brasileira?”. In *Anuário Antropológico*, pp. 227-246.

OLIVEIRA, João Pacheco

- 2006 “Curt Nimuendajú et la configuration de l'ethnologie au Brésil”. In *Réseau européen ESSE, Actes du colloque “Rapports ambivalents entre sciences sociales européennes et américaines”*. Milan, Arcipelago Edizioni, pp. 165-197.

PELS, Peter

- 1997 "The Anthropology of Colonialism: Culture, History and the Emergence of Western Governmentality". In *Annual Review of Anthropology*, vol. 26, pp. 163-183.
- 2008 "What has Anthropology Learned from the Anthropology of Colonialism?". In *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, vol. 16, n. 3, pp. 280-299.

PENNY, H. Glenn

- 2002 *Ethnology and Ethnographic Museums in Imperial Germany*. Chapel Hill/London, University of North Carolina Press, 2002.

RANELAGH, John

- 1986 *The Agency: The Rise and Decline of the CIA*. New York, Touchstone.

RILES, Annelise

- 2006 "Introduction. In Response". In *Documents. Artifacts of Modern Knowledge*. Michigan, University of Michigan Press, pp. 1-40.

SELIGMANN-SILVA, Márcio

- 1999 *Ler o livro do mundo. Walter Benjamin: romantismo e crítica literária*. São Paulo, Fapesp/Iluminuras.

STEWART, Julian Haynes

- 1941 "Handbook of South American Indians". In *America Indígena*, México, vol. 1, n. 1, pp. 47-50.
- 1948 *Handbook of South American Indians. Volume 3 – The Tropical Forest Tribes*. Washington, Smithsonian Institution.
- 1955 *Theory of Culture Change*. Illinois, University of Illinois Press.

STOCKING JR., George W.

- 1976 "Introduction: Thoughts toward a History of the Interwar Years". In *American Anthropology, 1921-1945*, Lincoln/London, University of Nebraska Press, pp. 1-74.
- 1984 "Qu'est-ce qui est en jeu dans un nom? II: La Société d'ethnographie et l'historiographie de l'anthropologie en France". In RUPP-EISENREICH, B. (org.), *Histoires de l'anthropologie: XVI^e-XIX^e siècles*. Paris, Klincksieck, pp. 421-433.

- 1985 "Philantropoids and Vanishing Cultures. Rockefeller Funding and the End of the Museum Era in Anglo-American Anthropology". In STOCKING JR., G. W. *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*, pp. 112-145.
- 2001 *Delimiting Anthropology. Occasional Inquiries and Reflections*. Madison, University of Wisconsin Press.
- TASTEVIN, Constant
- 1923 "Les indiens Mura de la Région de l'Autaz". In *L'Anthropologie*, n. 33, pp. 509-533.
- 1943 *The Middle Amazon: Its People and Geography. Eleven Articles by Constant Tastevin*. Washington, Office of Emergency Management.
- TAYLOR, Anne-Christine
- 1984 "L'Américanisme tropical: une frontière possible de l'ethnologie?". In RUPP-EISENREICH, B. *Histoires de l'anthropologie: XVI^e-XIX^e siècles*. Paris, Klincksieck, pp. 213-233.
- TURNER, F. J.
- 1963 *The Frontier in American History*. New York, Holt, Rinehart & Winston.
- WAX, Dustin M.
- 2008 *Anthropology at the Dawn of Cold War*. London/Ann Harbour/Michigan, Pluto Press.
- WEINSTEIN, Barbara
- 2007 "Modernidade tropical: visões norte-americanas da Amazônia nas vésperas da Guerra Fria". In *Revista do IEB*, São Paulo, n. 45, p. 153-176.
- WELPER, Elena Monteiro
- 2002 *Curt Unkel Nimuendajú: um capítulo alemão na tradição etnográfica brasileira*. Rio de Janeiro, dissertação, Museu Nacional/PPGAS/UFRJ. 129 pp.
- WILLIGEN, John
- 2002 *Applied Anthropology. An Introduction*. California, Greenwood Publishing Group.

ABSTRACT: This work focuses on Curt Nimuendajú's ethnographic production about the Ticuna. The analysis examines the alignments between anthropologists, scientific institutions and philanthropic agencies that financed ethnographic research between 1930 and 1945, whose subject matter was the definition of "culture areas", which came to be strategically defined as "geographic areas". During war times, Indigenous groups on the Amazon frontier would be seen as symbols of Pan American Integration in projects such as those conducted by Julian Steward for the Smithsonian Institution. It is rather the case of an "anthropological front". During war times the cultural frontier would be connected to the "economic frontier" as native rubber became a strategic product in a strategic region. This work focuses on the discussions between anthropologists who took part in the evaluation of Nimuendajú's fieldwork grants.

KEYWORDS: Ethnographic Production, Cultural Areas, Geographic Areas, Anthropological Frontiers, Productivity System, Cultural Heritage.

Recebido em abril de 2011. Aceito em abril de 2012.